



Projeto de Resolução nº 746/XII/2ª

Recomenda ao Governo a abertura urgente do Centro de Reabilitação do Norte,
pronto desde o verão de 2012

Exposição de motivos

O Centro de Reabilitação do Norte (CRN) foi construído em Vila Nova de Gaia, na sequência de um cuidadoso processo de planeamento, que envolveu os profissionais da Região e que mereceu intenso debate público.

De facto, a Rede de Referenciação em Medicina Física e Reabilitação, aprovada há cerca de uma década, prevê a criação de quatro Centros deste tipo, um dos quais na Região Norte, onde residem cerca de 38% dos cidadãos portugueses. Estão já em pleno funcionamento os outros três equipamentos: Centros de Reabilitação de Alcoitão (em Lisboa e Vale do Tejo), do Centro (na Tocha) e do Sul (em S. Brás de Alportel).

No tempo decorrido desde a aprovação da referida Rede de Referenciação os indicadores de patologia das populações que justificavam a necessidade do CRN não se alteraram de modo significativo. Ao contrário, o envelhecimento da população justifica o aumento do número de pessoas em risco de dependência, potenciado pela elevada incidência de acidente vascular cerebral e pelo número ainda muito elevado de acidentes de viação e de trabalho, envolvendo trauma crânio-encefálico ou medular.

O CRN está, além disso, programado para atender às necessidades de reabilitação pediátrica, resposta inexistente em toda a Região Norte.

Recentemente, o Ministro da Saúde pôs em questão o rigor técnico da decisão de planeamento que conduziu à construção do CRN. Essa atitude do Governo insere-se num comportamento reiterado de desrespeito em relação ao Norte e aos seus problemas. A fazer fé na nova racionalidade técnica descoberta pelo atual Ministro da Saúde, estes equipamentos

justificam-se em Lisboa, no Sul e no Centro, mas são supérfluos e despesistas se forem localizados a Norte.

A atitude do Ministério da Saúde causou viva repulsa na Região, com uma tomada de posição pública de muitos profissionais e com a organização de uma Petição subscrita por grande parte dos mais reputados fisiatras do Norte e expressamente apoiada pelos presidentes das Secções Regionais da Ordem dos Médicos e da Ordem dos Enfermeiros e pelos Provedores dos Cidadãos com Deficiência do município do Porto e da Área Metropolitana do Porto.

Mais grave do que a opinião infundamentada e preconceituosa do Ministro da Saúde sobre a utilidade do CRN é o comportamento daí resultante. De facto, embora esteja pronto desde o Verão de 2012 – o auto de recepção da obra foi assinado em Junho desse ano – o Centro continua de portas fechadas e a data de abertura continua a não ser anunciada.

O Estado português está a gastar mensalmente milhares de euros para assegurar a manutenção de um equipamento que está pronto, que custou cerca de 40 milhões de euros e que foi pago em larga medida (cerca de 80%) com financiamento comunitário, e que se mantém encerrado. Milhares de pessoas podiam ter já beneficiado do tratamento de excelência que o CRN pode propiciar, aumentando a sua qualidade de vida e a sua autonomia, contribuindo para a felicidade individual e familiar e para uma sociedade mais produtiva, com menores índices de dependência.

O argumento orçamental também não colhe. O custo previsto na diária de internamento no CRN é de cerca de metade do que é gasto nos hospitais de agudos onde alguns dos doentes permanecem tempo demais, sem que beneficiem inteiramente das possibilidades da medicina moderna.

Muitas outras pessoas são insuficientemente tratadas, o que é ainda mais grave, e ficam em irremediável dependência, que podia ter sido evitada. Em alguns casos os doentes e as suas famílias suportam os terríveis custos financeiros e humanos de procurar tratamento no Centro de Alcoitão, em Lisboa, aguardando pela sua vez numa lista de espera que aumenta a angústia das pessoas e reduz a probabilidade de sucesso do tratamento.

Em funcionamento pleno o CRN custará entre 12 a 14 milhões de euros por ano. Esta verba representa 1% da despesa hospitalar da Região Norte. Um pequeno esforço de planeamento, com transferência de recursos a acompanhar os doentes que necessitam destes cuidados, permite acomodar esta mudança.

O CRN mantém-se encerrado por incompetência e incapacidade de planeamento do actual Ministério da Saúde. Mantém-se encerrado por insensibilidade humana perante o destino das

peças em sofrimento que dele necessitam. Mantém-se encerrado por desprezo do Governo em relação ao Norte.

É uma opção política inaceitável que não pode ser mais tolerada.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, em defesa do direito da população do Norte do país a aceder a cuidados de reabilitação altamente diferenciados, os Deputados do Partido Socialista apresentam à Assembleia da República o seguinte Projeto de Resolução:

A Assembleia da República resolve, nos termos do nº5 do artigo 166º da Constituição da República Portuguesa, recomendar ao Governo:

- A abertura imediata do Centro de Reabilitação do Norte (CRN), que está pronto desde o verão de 2012.

Assembleia da República, 29 de Maio de 2013

Os Deputados do Partido Socialista,

Manuel Pizarro

Renato Sampaio

Luísa Salgueiro

Francisco Assis

André Figueiredo

Manuel Seabra

Fernando Jesus

Alberto Martins

José Lello

Isabel Santos

Isabel Oneto

Ana Paula Vitorino

Glória Araújo

Miranda Calha